

NOVAS E VELHAS ESPACIALIDADES NA HABITAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: ASSENTAMENTO PRECÁRIO RENATO MAGALHÃES - VITÓRIA DA CONQUISTA- BAHIA. BRASIL.

NEW AND OLD SPATIALITY HOUSING IN MEDIUM-SIZED CITIES OF BRAZILIAN: LAYING SLUM RENATO MAGALHÃES – VITÓRIA DA CONQUISTA BAHIA . BRAZIL.

Uriana Fernandes Curcino RIBEIRO¹

RESUMO

Objetiva-se a caracterização e análise do assentamento precário Renato Magalhães na cidade de Vitória da Conquista - BA, resultado de ocupação em 1992. Os procedimentos utilizados iniciaram com a leitura das referências bibliográficas em habitação e utilização de conceitos do Ministério das Cidades acerca de assentamentos precários. A área foi analisada tomando os dados do IBGE e trabalhos anteriores de pesquisadores como Almeida (2005) e Ferraz (2001), além da pesquisa de campo. Ao analisar a realidade das cidades médias percebe-se que o crescimento e perpetuação dos chamados assentamentos precários ocorrem na mesma medida em que essas cidades experimentam o crescimento sem desenvolvimento urbano.

Palavras chaves: Assentamentos precários. Consolidação. Habitação.

ABSTRACT

Objective the characterization and analysis of the settlement pricing Renato Magalhaes in the city of Vitoria da Conquista - BA, result of occupation in 1992. The procedures used began with the reading of bibliographic references in housing and use of concepts of the Ministry of Cities about precarious settlements. The area was analyzed by taking the data from the IBGE and previous work of researchers such as Almeida (2005) and Ferraz (2001), in addition to the research field. To analyze the reality of medium size cities perceives that the growth and perpetuation of called precarious settlements occur in the same measure in which these cities are experiencing the growth without urban development.

Key words: precarious Settlements. Consolidation. Housing.

¹Graduanda em Geografia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: urianaw@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As cidades cresceram, expandiram-se, e todo esse desenvolvimento vem acompanhado de uma série de problemas, gerando um desornamento nas cidades, principalmente no âmbito da habitação. As desigualdades sociais existentes no processo de apropriação, produção e construção do espaço trazem enormes problemas, na mesma proporção em que o crescimento urbano ocorre aumenta a precariedade habitacional, Engels já apontava a crise da habitação dizendo que uma sociedade capitalista não existe sem a falta da habitação.

[...] uma sociedade não pode existir sem crise de habitação quando a grande massa dos trabalhadores dispõe exclusivamente apenas do seu salário, quer dizer, da soma de meios indispensáveis à sua reprodução; quando novos melhoramentos mecânicos tiram incessantemente trabalho a grandes massas de operários; quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, por um lado, a existência de um importante contingente de reserva de desempregados e, por outro, lançam momentaneamente para a rua a grande massa dos trabalhadores; quando estes são amontoados nas grandes cidades e isto a um ritmo mais rápido que o da construção de habitações nas circunstâncias actuais e quando aparecem sempre inquilinos, mesmo para os pardieiros mais ignóbeis; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também, em certa medida, graças à concorrência, o dever de retirar da sua casa, sem escrúpulos, as rendas mais elevadas possível. Numa tal sociedade, a crise da habitação não é um acaso, é uma instituição necessária; ela só pode ser eliminada, tal como as suas repercussões para a saúde, etc, se toda a ordem social de que ela decorre for completamente transformada. (ENGELS, 1887, p. 48-49)

A cidade não é somente produto, é obra, sendo produção e reprodução a cidade é produto das relações sociais, para Kowarick (1993) a produção de habitações é direcionada àqueles que podem pagar em função do modelo econômico que vivemos.

A produção de habitações resulta de uma complexa rede de agentes, inclusive comerciais e financeiros, na qual o controle sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado. Do ponto de vista da realização do capital, os interesses tendem a produzir uma mercadoria socialmente adequada quanto ao seu padrão de habitabilidade para as faixas de renda mais elevadas, vedando o acesso para a grande maioria dos trabalhadores que precisam [...], por conseguinte encontrar outras formulas para se reproduzir nas cidades enquanto mercadoria para o capital(KOWARICK, 1993, p. 60).

Certamente a única saída para essa população excluída do direito de morar são as invasões que resultam em assentamentos precários, que são uma das expressões mais visíveis da crise do habitar, onde seus moradores não tem a posse definitiva da terra, tem apenas o direito de morar. Essas formas de construção têm como característica principal a falta de serviços públicos essenciais, outra questão é a falta de serviços sociais ou o uso precário dos existentes, como a mobilidade urbana que passa a ser um prêmio quando deveria ser um direito. O direito ao espaço público que é negado, o direito ao lazer que é sufocado, o que transparece é a distribuição desigual dos equipamentos, o direito a cidade e ao entorno é negado ao ser social que não dispõe do dinheiro:

[...] a segregação se apóia na existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, e enquanto fragmentação dos elementos da prática sócio espacial urbana [...] Nessa condição a segregação é a negação do urbano e da vida urbana. (CARLOS, 2004, p.120-121)

Um assentamento precário é caracterizado pelas condições inadequadas de habitação, como falta de acessibilidade por se situarem em áreas distantes aos equipamentos e serviços urbanos coletivos, apresentando padrões bastante baixos de habitabilidade. Arquiteta-se o possível de acordo o pauperismo de cada um, são construções desprovidas de segurança em relação à posse pelo fato de muitos não possuírem o título definitivo da propriedade da terra, são ocupações carentes em sua maioria de serviços públicos, e ausência de infraestrutura.

Outro problema gritante é o estigma cultural que essas pessoas carregam por morar em locais informais, na maioria das vezes identificadas como marginais, são excluídos do alcance efetivo das políticas públicas de diferentes maneiras. Certamente as questões referentes à infraestrutura urbana sempre se deu em áreas concentradas das nossas cidades, não por acaso nos setores ocupados pelas classes dominantes, essa desigualdade na implantação de infraestrutura que produz o solo urbano, gera diferenciações claras entre os setores da cidade, Mesmo com intervenções do estado na questão habitacional, os avanços observados são poucos, em sua maioria não saia do papel, o que reflete a impotência da ação social e do planejamento.

[...] planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de

melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares. (SOUZA, 2002, p. 46)

Certamente a moradia não se resume apenas a um teto, são necessárias condições básicas de habitabilidade para o indivíduo morar, existem componentes fundamentais para se habitar, como disponibilidade de acessibilidade, serviços de infraestrutura e mobilidade, esse direito é negado a uma grande parte de indivíduos.

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas do indivíduo. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar. (RODRIGUES, 1990, p.11)

O estatuto da cidade foi criado em 2001 visando reorientar a ação do Estado, dos mercados imobiliários e de toda a sociedade em torno das questões urbanas como explica Almeida (2005), mesmo com todas essas políticas a precariedade habitacional cresce a medida que as cidades crescem.

Na atualidade, vê-se uma tentativa de garantir a função social ao solo urbano, como visto em páginas anteriores, por meio da Lei nº. 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da Política Urbana, propondo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, a exemplo dos mecanismos que estão previstos, dentre eles, o IPTU progressivo no tempo podem vir a ajudar no controle da especulação imobiliária e na garantia da função social do espaço urbano evitando ou reduzindo a segregação socioespacial. Contudo, o Estatuto da Cidade não elimina o direito da propriedade privada instituído pela Constituição Brasileira, fato que gera controvérsias quanto à sua aplicação e exequibilidade, no sentido de minorar os efeitos do capital na produção desigual do espaço urbano. (ALMEIDA, 2005, p. 108)

Tal cenário reflete a necessidade de se reverter o quadro de precariedade habitacional, fruto da exclusão e segregação sócio-espacial, nesse sentido o papel do poder público, em especial dos executivos municipais, torna-se essencial na medida em que consiga romper com sua histórica intenção a apadrinhar apenas os interesses dominantes.

OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: RENATO MAGALHÃES

O assentamento Renato Magalhães está localizado em Vitória da Conquista - BA, localizada entre as Latitudes $14^{\circ}53'43''$ S e $14^{\circ}48'13''$ S e as Longitudes $40^{\circ}49'12''$ W e $40^{\circ}53'43''$.

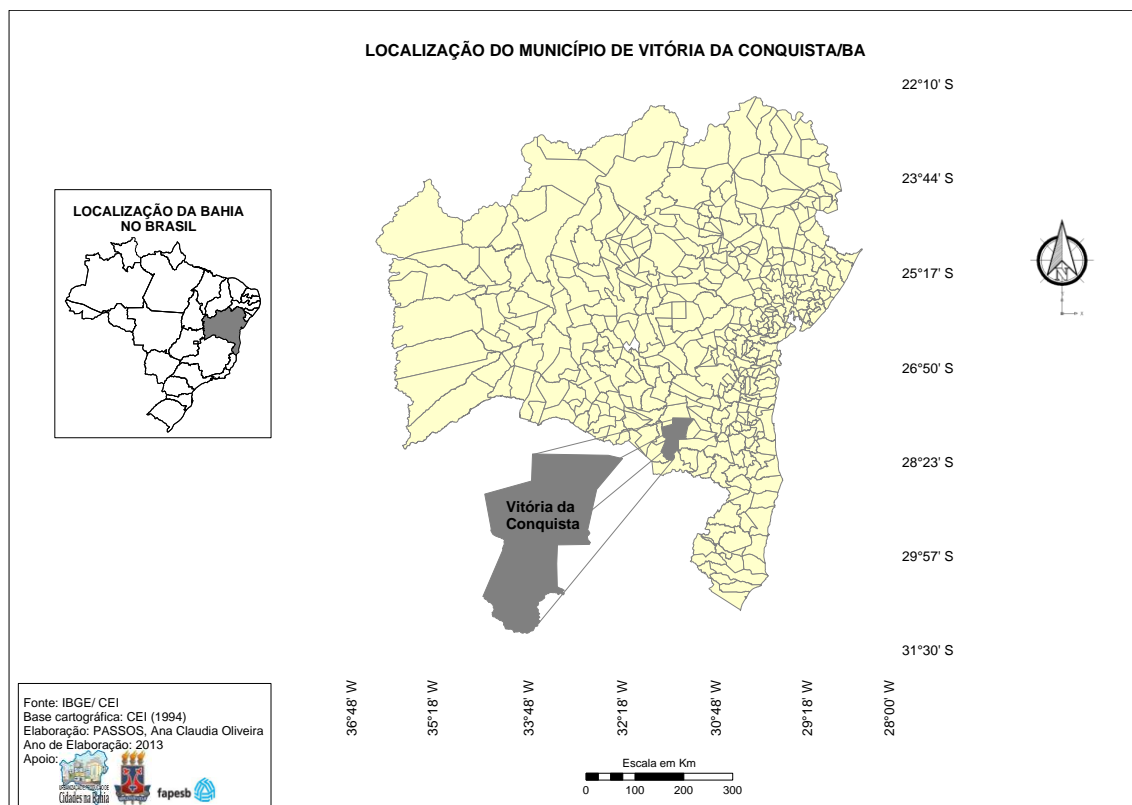


Figura 01 – localização de Vitória da Conquista- BA, 2013. Fonte: PASSOS, Ana Oliveira. 2013

A população em Vitória da Conquista nas últimas décadas tem crescido muito rapidamente, e todo esse crescimento traz consigo as problemáticas urbanas, como a precariedade habitacional que proporciona uma baixa qualidade de vida urbana a parcelas significativas da população no município.

A separação entre homem e natureza, valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais, volatilizando relações sociais. Neste processo, a explosão da cidade produz o desabamento das referências pois as relações perdem sua base. A cidade está alienada como o próprio homem. O espectro de cidade sobrevive ao que antes era a urbanidade. A função da habitação modifica-se profundamente, de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, uma coisa funcional, objeto de status. (CARLOS, 2004, p. 60)

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 60 o município tinha 48.712 habitantes na zona urbana, em 1980 já era 127.652 e em 2000 a população era de 262.585 habitantes, em 2010 a população foi de 306.374 habitantes sendo que 274.805, na área urbana e 31.569 na área rural, o que se percebe são um aumento muito maior da população urbana nas últimas décadas e a falta da execução de políticas que viabilizem a construção do urbano para todos.

Ao longo dos anos o município passou por mudanças populacionais que interferem no espaço urbano, Vitória da Conquista é a terceira maior cidade da Bahia sendo considerada uma cidade média.

Nas últimas décadas teve um crescimento acelerado segundo a apresentação de homologação do PLHIS (2013) entre 2010 a 2013 a cidade teve um crescimento de 21,81%, se destacando com um comércio forte, o aumento do número de escolas, faculdades e clínicas, em contrapartida o número de miseráveis aumentou, cerca de 43,8% da população é de baixa renda, essa pobreza é refletida de várias formas e uma delas é a precariedade habitacional.

À medida que a cidade experimenta um considerável crescimento, tem-se então uma demanda maior de habitações e o aumento do preço da terra se eleva, com isso os pobres são levados a habitar os lugares menos favorecidos.

Cada homem vale pelo lugar onde estar: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. (SANTOS, 1987, p.81)

O indivíduo é medido pelo que possui, o lugar que ele vive determina sua posição na sociedade como afirma M. Santos (1987), a pobreza vivenciada pela parcela da população no município é vista através dos lugares precários em que essa população mora, as ocupações são a forma que o desenvolvimento urbano encontrou para resolver a falta de moradias como Maricato afirma.

Não se trata de alimentar a noção da cidade dual ou fraturada. Ela pode ser utilizada para facilitar a compreensão da segregação e da exclusão, mas pode conduzir a uma falácia: a de que o atual modelo de

desenvolvimento poderia ser estendido a todos. Há uma relação biunívoca entre esse moderno e esse arcaico. Os aparelhos eletroeletrônicos chegam às favelas antes da unidade sanitária completa (e evidentemente antes da moradia digna). A relação de favor e o clientelismo continuam a mediar as relações sociais, como há séculos. A aplicação da lei se subordina às relações de poder. A questão fundiária urbana é um nó não desatado, como sempre o foi no campo, ao longo dos séculos. O latifúndio, que nos Estados Unidos foi eliminado no século XVIII, atravessou impassível até o início do século XXI, no Brasil. A aplicação da função social da propriedade encontra obstáculos de várias origens: pela via do Judiciário, pela correlação de forças local, pela precariedade dos cadastros ou registros de propriedades. (MARICATO, 1997, p. 1)

Ao longo dos anos esse crescimento populacional urbano esteve atrelado a uma política de habitação voltada para pessoas de baixa renda, mas que não contribuiu para diminuir a crise da habitação que sempre vem acompanhando o crescimento da cidade, no município o que se vê são inúmeros projetos, na maioria das vezes, homologados somente em função das verbas recebidas. Entretanto não há a execução, o que só faz com que os problemas com habitação aumentem, a exemplo de toda essa crise no município tem-se o PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social) que inúmeras vezes se tentou realizar no município, mas os trabalhos por diversas vezes foram parados, só vindo a realizar e homologar em abril de 2013 devido às pressões do Governo Federal que instituiu esse prazo para todos os municípios do Brasil homologarem o PLHIS. Diante disso e de outras políticas voltadas para a habitação o que fica claro é a falta de interesse da execução desses projetos que poderiam ajudar no dimensionamento dos problemas habitacionais no município, porém os problemas com moradia vão além das políticas desenvolvidas pelo governo, passa pela distribuição desigual de renda, o indivíduo não tem possibilidade de adquirir o item moradia.

A moradia sempre foi uma necessidade básica do ser humano e deve ter uma adequação para abrigar, deve ser um espaço protegido, com condições favoráveis de salubridade, com privacidade e segurança, a oferta de moradia à população de baixa renda no Brasil é restrita, segundo Carlos o acesso à terra expressa à forma como o ser social se insere na sociedade.

O modo pelo qual o indivíduo terá acesso a terra, como condição de moradia, vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e do conflito entre parcelas de população. Assim, o tipo, local, tamanho e forma de moradia vai depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material da sociedade (CARLOS, p.174)

O país possui uma elevada carência de habitações de interesse social, sendo agravado pelo fato que a maioria das habitações não tem condições de habitabilidade, conforto ou estética, com dimensões reduzidas, situados em locais sem a presença dos serviços básicos de infraestrutura como saúde, trabalho, escola e saneamento básico.

A grande preocupação é o município ter postergado ações para sanar a questão da habitação na cidade, e com isso o problema habitacional ter aumentado, observe a figura abaixo.



Figura 2 - Assentamento Renato Magalhães. Vitória da Conquista - BA, 2013. Fotografia do autor

Segundo Almeida (2005) esse crescimento nas últimas décadas do município teve, em contrapartida, a segregação espacial, produzindo na população a necessidade de se buscar alternativas para morar na cidade, isto resultou numa resposta popular que são as ocupações urbanas a partir da década de 80 com um acentuado movimento dos sem-teto.

Foi uma das formas pelas quais esses indivíduos tentaram resolver seus problemas de moradia, nas ocupações essa parcela da população encontrou um meio de viver na cidade,

pois segundo Rodrigues só os que possuem renda podem adquirir uma moradia os que não possuem são levados a outras formas.

Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em arremedos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou nas áreas centrais ditas “deterioradas”. Nestes arremedos de cidades, há inclusive aqueles que “não moram”, vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não têm um teto fixo ou fixado no solo. Nestes arremedos de cidade, de sujeira, o que torna cada dia mais difícil de ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria. (RODRIGUES, 1990, p.12)

Em 1991 com a Lei Municipal nº 570/91 e criação do (PMHP) Programa Municipal de Habitação Popular, junto ao número expressivo de ocupações existentes na cidade, são regularizados, ou seja, o município dá o direito de habitar esses lotes, num total de treze assentamentos, entretanto o reconhecimento por parte do poder público municipal não garante a posse definitiva, nem uma melhoria na qualidade de vida desses moradores.

Durante a pesquisa de campo no assentamento Renato Magalhães se observou o número considerável de moradores que vieram da zona rural ou de distritos próximos à cidade, para alguns a cidade representava uma mudança para melhor na forma de adquirir bens materiais, que no seu lugar de origem se tornava mais distante de acontecer, todavia ao chegarem ao destino desejado, no caso aqui a cidade não encontram alternativas senão ocupar lugares impróprios para a moradia.

Em entrevista com os moradores da ocupação ficou claro ser o preço de cada terreno ou habitação o fator principal para a escolha da localidade, a escritura é inexistente, um dos motivos que faz com que o preço diminua também, facilitando a compra por aqueles que não possuem dinheiro suficiente para pagar por uma moradia digna.

Tais construções são comercializadas abaixo do preço de uma casa formal, ao serem questionados sobre a escritura das casas fica claro o medo dos moradores em falar no assunto, o cenário é de total insegurança dos moradores quanto à posse, o que os leva sempre a se esquivar quando perguntados. Isto demonstra toda a fragilidade desses indivíduos, com todos os problemas de falta de infraestrutura, e o medo permanente de terem suas casas tomadas.

A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há

juízos formais, não há Estado. A dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidades de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural. (MARICATO, 2003, p. 2)

No que diz respeito aos imóveis, estes são construídos na maioria das vezes de forma improvisada, erguidos por conta própria, apenas para atender as necessidades imediatas, o que se traduz em autoconstruções, o percurso do ônibus coletivo não contempla a ocupação e não existem áreas de lazer como praças, os moradores utilizam unidade de saúde e escolas da Urbis VI que fica próximo ao assentamento, nas ruas pode se perceber a falta de saneamento básico principalmente quando se observa as ruas em função dos córregos feitos para escoar a água de serviços domésticos e de banho.

Durante a pesquisa foi constatado que no momento presente nenhum morador participa de conselhos, associações ou pastoral, ou seja, são indivíduos não participantes de alguns processos políticos, além da localidade não ter mais uma associação com um presidente, dificultando a viabilidade de melhorias na ocupação em função da falta da representatividade junto aos órgãos municipais.

Na pesquisa de campo quando perguntando a respeito do presidente da associação foi dito por alguns residentes que o último teve seu mandato até o ano de 2009 quando decidiu não ocupar mais a função, desse momento em diante não se elegeu nenhum outro, em conversa com um morador que também foi presidente do assentamento antes do último, ele relatou das dificuldades encontradas durante sua gestão junto à população, que não se interessavam pela busca junto ao poder público de melhorias para o assentamento, ele relata o telefone público instalado, que foi uma reivindicação sua, ele ajudou na eleição do último presidente e depois na gestão, mas disse não se interessar mais pela associação em função da falta de interesse dos moradores.

O assentamento Renato Magalhães tem cerca de 200 habitações, tais habitações demonstram a inexistência de um planejamento urbano adequado para as necessidades da cidade que se encontra em plena expansão.

As condições de vida desses cidadãos são de extrema carência, durante a pesquisa de campo os aspectos mais relevantes foi a falta de saneamento básico e em consequência a presença dos córregos nas ruas, que os moradores utilizam para escoar a água do banho e dos serviços domésticos, para o uso do sanitário é utilizado a fossa, outro aspecto é a falta de pavimentação nas ruas e a iluminação precária, veja na figura abaixo.



Figura 03 – Assentamento Renato Magalhães. Vitória da Conquista – BA, 2013. Fotografia do autor

Os trabalhos que esses indivíduos em sua maioria exercem são em serviços gerais ligados ao setor informal e na construção civil, muitas das mulheres trabalham como empregadas domésticas em condomínios fechados da classe média e alta, o nível de escolaridade é muito baixo, na pesquisa foi constatado um percentual considerável de pessoas que tem apenas o ensino fundamental básico, o que deriva outros problemas como os subempregos. Para melhor compreensão dos níveis de escolaridade dos moradores cabe analisar os dados abaixo:

TABELA 1 – Percentual do nível de escolaridade da população residente no Assentamento Renato Magalhães - 2013

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

Analfabetos	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior	Total
20%	50%	10%	19%	1%	100%

Elaboração: Uriana Fernandes

Fonte: Aplicação de questionários em agosto de 2013.

Os dados permitem uma visão do quadro desenhado nesta localidade, muitos dos entrevistados quando perguntado o porquê de ter parado de estudar respondeu ser o fator trabalho o principal, isso demonstra uma precariedade não só da localidade, mas de todos os aspectos de vida desses indivíduos como, trabalhos precários, falta de escolaridade, saúde deficiente, mobilidade difícil.

É notável a presença de algumas melhorias como água e energia fornecida pelas empresas que abastecem a cidade com a água e distribuem a energia, as construções são feitas pelos próprios moradores ou alguém próximo a eles, que tenha certa noção de construção, não existe um planejamento formal, e isso é observado quando se analisa as habitações que não obedecem às normas da construção legal, apresentando algumas deficiências na forma como foram construídas como os banheiros, as paredes são de alvenaria, os telhados se dividem em telhas e lajes, os pisos são de cerâmica ou cimento, não foi encontrada nenhuma construção com materiais improvisados.

Outro fato são os banheiros, foi encontrado um número considerável de problemas relacionados aos sanitários, alguns não estão completos e outros localizados fora da casa, para melhor destacar as características dos sanitários observe a tabela:

TABELA 2- Características dos sanitários domésticos da população residente no Assentamento Renato Magalhães - 2013

Banheiros fora da casa completo	Banheiros dentro da casa completo	Banheiros dentro da casa incompletos	Banheiros fora da casa incompletos	Total
0%	44%	44%	12%	100%

Elaboração: Uriana Fernandes

Fonte: Aplicação de questionários em agosto de 2013.

Certamente se verifica a falta de condições básicas para a habitação, o tecido urbano permeado pelas contradições produziu um nó no que diz respeito à habitação, a ambiguidade se dá em função do direito à habitação ser reconhecido na constituição, mas

não haver a execução, estando à população excluída restando apenas os espaços miseráveis para sobreviver.

O direito à habitação é reconhecido no conjunto dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro, em março de 1999, por Emendas Constitucionais, juntamente com os direitos à saúde e educação. Embora, na prática, o tratamento dispensado à habitação popular ainda faz com que grande parte dos trabalhadores não tenham outra alternativa de acesso à habitação que não a auto construção, muitas vezes, em terrenos urbanos ocupados e onde os equipamentos e serviços urbanos coletivos são inexistentes ou precários. Isto revela um cenário de segregação em que torna-se evidente a luta pelo direito à cidade, ao urbano. (ALMEIDA, 2005, p. 52 e 53)

Toda a reflexão acerca da urbanização desordenada tem reflexos na falta de qualidade de vida urbana em suas condições sociais e materiais, as cidades não são pensadas enquanto organismo precisa-se de coerência nos projetos urbanos e ampliação da justiça social na cidade, para se evitar novas e mais amplas desigualdades espaciais.

As marcas da exclusão social são percebidas através das localidades que esses indivíduos habitam, na perpetuação da precariedade, no não reconhecimento por parte do poder público do problema da habitação, esses assentamentos têm crescido progressivamente sem qualquer projeto urbano que possa urbanizar esses locais e prover moradias digna.

Existe uma nítida distribuição desigual dos equipamentos de serviços urbanos na cidade que é percebido nas contradições dos espaços, o consumo desigual gera diferenciações, que são produzidas pelos proprietários de terras, a indústria da construção e o capital imobiliário, produzindo assim um campo de luta de classe.

O problema da moradia parte do fato de trata-lá como mercadoria a ser produzida e comercializada no modelo capitalista, dessa forma o estado exclui a maior parte da população brasileira de usufruí- lá, o item moradia possui valor e quase sempre valor inalcançável por um grande número da população, os custos em torno da construção de habitação para o trabalhador não permite que ele possa adquirir uma habitação adequada.

A produção do espaço é regida pelas deformações que produzem localidades de extrema pobreza ao mesmo tempo em que outros locais urbanizados, disso percebem-se a condição da cidade de reprodução, cidade obra, em constante construção.

O plano diretor urbano do município que foi instituído em 22 de dezembro de 1976, doze anos antes da constituição de 1988, não conseguiu exercer a função de regular o solo, a população pauperizada moradora dos lugares precários não foi atendida.

Esse é o ponto mais gritante da urbanização na cidade de Vitória da Conquista, a segregação espacial que difere os espaços na cidade, a precariedade habitacional é constante em alguns lugares, e, em outros, os equipamentos urbanísticos possuem uma alta qualidade.

Existe uma divisão clara da cidade em duas, bem distintas uma da outra, onde o trabalhador apenas vende sua força de trabalho na cidade formal, saindo todos os dias do seu lugar de moradia utilizando um transporte precário e caro para chegar à cidade formal e vender sua única fonte de renda que é sua força de trabalho, e retorna para os locais de precariedade, onde o direito a uma cidade justa é muito distante de ser vivenciado pela população, a segregação urbana predomina, como afirma Maricato.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, p 152. 2003)

A crise habitacional se tornou algo normal no cotidiano da cidade, o número de habitações sem saneamento ainda é muito grande, e o transporte público exige dos trabalhadores horas e horas de paciência, além da terra urbana não cumprir sua função social, embora seja uma exigência constitucional, a irregularidade fundiária tornar-se parte da cidade.

Segundo Bonduki os miseráveis diante da situação de precariedade habitacional que vivem, acaba perdendo a referência do significado de morar na cidade, já não possuem uma referência do que é uma moradia digna.

Hoje um terreninho nu e cru é a aspiração consagrada da grande maioria da população de baixa renda. O rebaixamento das condições de habitação atingiu tal profundidade que boa parte dos trabalhadores de pequena renda perdeu a referência do que significa morar na cidade (BONDUKI, 1988, p. 129).

Os planos diretores são tecnicistas e centralizadores, recheados de ideias que estão longe da realidade, quando o planejamento urbano pode priorizar algumas questões como a habitação para todos, transporte público de qualidade e saneamento.

Segundo Kowarick um dos fatores determinantes da condição de vida, passa pela dinâmica das relações de trabalho, a cidade capitalista tem sido vivida com deformação, e a aparência desordenada pode ser percebida através da expansão capitalista que traz um crescimento selvagem, ficando clara a incapacidade do estado em gerir formas racionais de ocupação do solo:

Convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, passa a produzir o que antes trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho. (KOWARICK, 1993, p. 59)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da cidade traz consigo a falta de moradias, que se realiza através dos assentamentos, que em sua maioria estão localizados nas franjas da cidade, analisando as condições de habitabilidade da população conquistense evidencia-se necessidades habitacionais consideráveis ainda não satisfeitas.

A relação que se dá entre Sociedade Civil, Estado e capital com a produção do espaço é extremamente complexa, a cidade é uma teia de relações sociais, um produto social. Embora Vitória da Conquista venha sendo favorecida por um crescimento significativo, esse crescimento se dá sem um desenvolvimento que contemple a toda população, o que se vê é a falta de alternativas para o acesso a habitação para essas pessoas, o direito a cidade e ao urbano tem lhes sido negados, resultando em uma cidade desigual onde morar se tornou uma necessidade/problema crescente, aprofundado com a carência de planejamento urbano claro e democrático, políticas públicas traduzidas em investimentos como infraestrutura urbana e desenvolvimento social para uma vida mais digna.

O que se percebe é o uso da terra estritamente enquanto mercadoria, e a cidade de Vitória da Conquista tem sofrido uma intensa especulação imobiliária por parte dos agentes imobiliários, expondo situações de intensas desigualdades espaciais e sociais cuja expressão maior se dá com a precariedade habitacional.

Essa especulação acentuada na cidade empurra aqueles que não possuem renda para as localidades de baixa qualidade habitacional com a inexistência de segurança de posse, são trabalhadores que não encontram alternativas senão viver na cidade informal, no caso do município nos assentamentos, produzindo a cidade contraditória que se consolida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miriam C. **Produção Sócio Espacial e Habitação Popular nas Áreas de Assentamentos e Ocupações na cidade de Vitória da Conquista- BA.** Salvador: dissertação de mestrado, 2005.
- BRASIL. **Estatuto das Cidades** n.10257 de Julho de 2001- estabelece diretrizes gerais da Política Urbana.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Brasília, DF, 2009.
- ENGELS, Friedrich. **O Problema da Habitação.** Tradução Antonio Pescada. São Paulo: Estampa, (sd). Original de 1887.
- FERRAZ, Ana Emilia de Q. **O Urbano em Construção.** Vitória da Conquista: Um Retrato de duas Décadas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos do Brasil - Bahia.** 1940 a 2010.
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE. Henry. **O direito a cidade.** 2. Ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- PROJETO DO PLANO DIRETOR URBANO (PDU), **Vol I,** Vitória da Conquista- BA. 2004.
- RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas Cidades Brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1988.
- SOUZA, Marcelo L, de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.